

HABEAS CORPUS Nº 493.812 - SP (2019/0045682-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RENATO TRASSI E OUTRO
ADVOGADOS : MANOEL JOSÉ PIRES NETO - SP275510
RENATO TRASSI - SP251669
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO HENRIQUE FIDELIS DE ALMEIDA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de PAULO HENRIQUE FIDELIS DE ALMEIDA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2269984-29.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 07/12/2018 – prisão posteriormente convertida em preventiva –, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, incisos I, II e IV, do Código Penal, porque teria, com outro agente, mediante escalada e arrombamento de uma residência, subtraído "*uma televisão Samsung, 32 polegadas; um videogame XBOX 360; um jogo do referido aparelho de vídeo game; uma churrasqueira; uma caixa de som e um pen drive, bens avaliados em R\$ 2.550,00*" (fl. 20).

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 35):

"HABEAS CORPUS - FURTO QUALIFICADO - Liberdade provisória. Impossibilidade. Decisão devidamente motivada acerca da necessidade da custódia cautelar. Gravidade concreta do delito - Ameaça à garantia da ordem pública. DENEGAÇÃO DA ORDEM."

Neste writ, a Parte Impetrante sustenta, em suma, ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, inépcia da denúncia e possibilidade de fixação de medidas cautelares diversas.

Aduz que "*a questão do paciente ostentar 'passagem anterior por lesão corporal e ameaça' ou ainda possuir maus antecedentes em nada afeta o bom andamento do processo ou põe em risco a concretização de seu resultado*" (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares elencadas no

art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório inicial. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente porque o Juízo de primeira instância, ao converter a prisão em flagrante do Paciente em preventiva, ressaltou que ele "*possui passagem anterior*" (fl. 17), por lesão corporal e ameaça, o que justifica a segregação cautelar como garantia da ordem pública.

Quanto à alegação de inépcia da denúncia, observo que a questão não foi apreciada pelo Tribunal de origem. Desse modo, apreciar a insurgência da Parte Impetrante parece constituir indevida supressão de instância.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-lhes, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora